

O sujeito implicado e a produção de conhecimento científico

The implicated subject and the scientific knowledge production

Moacir Tavares Martins Filho¹, Paulo Capel Narvai²

¹ Doutor em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo (USP) – São Paulo (SP), Brasil. Professor Adjunto da Faculdade de Farmácia, Odontologia e Enfermagem da Universidade Federal do Ceará (UFC) – Fortaleza (CE), Brasil. moacirtavares@yahoo.com.br

² Doutor em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo (USP) – São Paulo (SP), Brasil. Professor Titular da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo – São Paulo (SP), Brasil. pcnarvai@usp.br

RESUMO: Todo sujeito que se coloca no papel de produzir conhecimento científico é, em sentido amplo, um sujeito implicado. Este ensaio resulta da assunção da condição de sujeito implicado por um dos autores por ocasião da sua pesquisa de doutoramento. Realizou-se pesquisa bibliográfica em bases de dados eletrônicas e constatou-se a escassez de estudos relacionados ao tema. Discute-se a não neutralidade da ciência e abordam-se os mecanismos aceitos por diferentes comunidades epistêmicas para lidar com a implicação e os desafios postos aos pesquisadores, em especial os do setor saúde, para terem reconhecidos seus estudos como contribuições válidas à construção do conhecimento.

PALAVRAS-CHAVE: Metodologia; Relação pesquisador-sujeito; Sujeito implicado; Política de saúde.

ABSTRACT: *Every subject that engages in producing knowledge is, in a broad sense, an implicated subject. This essay results from the acknowledgement of the implicated subject condition of one of the authors during his doctorate research. Bibliographical research was carried out in electronic databases. Results indicated the lack of studies about the topic. Issues concerning neutrality in science and the mechanisms accepted by different epistemic communities in dealing with the implications were discussed. Challenges public health researchers face in order to have their work acknowledged as valid contributions to knowledge production were also taken into consideration.*

KEYWORDS: *Methodology; Relationship researcher-subject; Implicated subject; Public health policy.*

Introdução

Todo sujeito que se vê na tarefa de produzir conhecimento científico é, em sentido lato, um sujeito implicado. Contudo, o desenvolvimento do modo de produzir esse tipo de conhecimento fez surgir, também, mecanismos aceitos pelas comunidades epistêmicas capazes de controlar a implicação. O pressuposto da neutralidade da ciência é visto hoje, majoritariamente, como uma quimera. Não há desinteresse em ciência, logo, nenhuma neutralidade é possível. *Pari passu* aos conhecimentos científicos, também esses mecanismos de controle se desenvolvem. A reprodutibilidade experimental como recurso de verificação é, provavelmente, o mais conhecido desses mecanismos. No plano ético, as exigências de aprovação dos projetos de pesquisa por comissões competentes constituem outro exemplo em busca do controle de distorções nas práticas de investigação, com impacto sobre a implicação das equipes de investigação.

Ainda que nos dias atuais se reconheça amplamente a impossibilidade da separação sujeito-objeto nas atividades de produção científica, é inegável que o significado disso difere bastante de um campo para outro, de uma grande área de saber para outra, manifestando-se diferentemente nos distintos produtos resultantes do esforço de produção de conhecimento.

Dificuldades adicionais surgem, porém, quando um pesquisador ou uma equipe optam por tomar como objeto de problematização e investigação processos nos quais estão envolvidos. Em muitos casos, essas dificuldades são de tal ordem que levam à desistência do projeto. Elege-se outro objeto e se encerra o assunto. Essa ‘solução’ para as dificuldades tem consequências negativas importantes, sendo uma delas a perda da riqueza do envolvimento do pesquisador ou equipe com os mencionados processos, decorrente de suas experiências e vivências. Os que escolhem enfrentar as dificuldades se deparam, contudo, como se discute aqui, com a necessidade de encontrar meios de, sem recusar ou negar sua implicação como sujeito individual ou coletivo, controlar os possíveis enviesamentos de origem política, ideológica, econômica, cultural ou outra, que possam comprometer-lhes a qualidade e até mesmo a validade

do trabalho científico, fragilizando-o e tornando-o vulnerável sob diferentes aspectos.

Aspectos metodológicos da implicação: interações objeto-pesquisador

ASSUMINDO A IMPLICAÇÃO

Este ensaio resultou da assunção da condição de sujeito implicado por um dos autores deste artigo por ocasião da sua pesquisa de doutoramento, doravante denominado MTMF. Sua implicação como pesquisador decorre do fato de ter tomado como objeto de investigação um tema do campo do planejamento e gestão em saúde – “Saúde bucal na estratégia saúde da família em Fortaleza: da decisão política ao financiamento compartilhado” – relacionado ao funcionamento da instituição pública onde trabalha. Essa situação é frequente entre mestrandos e doutorandos nos programas brasileiros de pós-graduação em saúde coletiva. No caso de MTMF, quando doutorando na Faculdade de Saúde Pública (FSP) da Universidade de São Paulo (USP) ainda exercia funções de gestão na Secretaria Municipal de Saúde (SMS) de Fortaleza, Ceará. Ao se submeter ao exame de qualificação, exigência regulamentar na FSP/USP e momento em que os projetos de pesquisa são analisados por uma comissão examinadora, surgiu a questão de, neste caso, tornar-se sujeito implicado.

OS CAMINHOS DA IMPLICAÇÃO

Os elementos essenciais da trajetória de MTMF indicam que se graduou em Odontologia na Universidade Federal do Ceará (UFC), ocupou cargos de direção do movimento estudantil e engrossou as fileiras do movimento da Reforma Sanitária brasileira. Ingressou, por concurso público, como professor das disciplinas de Odontologia Preventiva e Social e Estágio Extramural na UFC. A docência o impulsionou à pós-graduação, tendo concluído o Mestrado em Saúde Pública na Universidade Estadual do Ceará (UECE). Esteve continuamente envolvido com organizações políticas partidárias, o que, em determinado momento, levou-o a

exercer cargo de dirigente do Partido dos Trabalhadores (PT), em Fortaleza. Em 2005, Luizianne Lins, do PT, assumiu a prefeitura de Fortaleza e, no início de janeiro daquele ano, o convidou para compor a equipe da SMS de Fortaleza com a incumbência de coordenar o sistema de informação em saúde. Cabe registrar que a prefeita, o secretário municipal de saúde e MTMF, coordenador do sistema de informação em saúde, pertencem ao mesmo partido político e são contemporâneos de movimento estudantil.

A implicação é evidente. Decorre do fato que, na condição de pesquisador, querer se ocupar de um tema cuja problematização requer a consideração de ser, concomitantemente, pesquisador – sujeito implicado – e integrar processos que serão tomados como objeto, o que, por sua vez, o coloca na condição de também sujeito da investigação – sujeito de pesquisa. Não é possível, portanto, desconsiderar que MTMF participa de um projeto de governo, cuja base é um movimento sociopolítico do qual faz parte e que, sem dúvida, poderia existir sem sua participação, mas que, então, seria diferente, ao se admitir o pressuposto de que qualquer indivíduo, ao integrar coletivos, o altera de algum modo.

SOU, MAS QUEM NÃO É?

Sendo sujeito implicado, MTMF foi buscar na literatura informações sobre como lidar com sua condição. Assim, no momento inicial do desenvolvimento deste ensaio em novembro de 2008, consultou a Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), utilizando os descritores ‘sujeito’, ‘sujeito implicado’, ‘implicação’ e ‘*implicated subject*’. Em um segundo momento, em setembro de 2013, refez a busca utilizando os mesmos descritores para avaliar o grau do desenvolvimento quantitativo da literatura sobre o tema. Buscou, ainda, em bibliotecas, de modo complementar, obras não digitalizadas sobre o assunto, conforme preceitos da pesquisa bibliográfica, em sentido genérico, conforme a tradição no campo do planejamento e gestão em saúde.

A busca na BVS indicou, no momento inicial, 2008, 1.495 trabalhos com o descritor ‘sujeito’ e 220 com o descritor ‘implicação’. No segundo momento, 2013, retornaram, respectivamente, 7.912 e 555

trabalhos. No período, observa-se uma expansão da ordem de 529% para os trabalhos identificados pelo descritor ‘sujeito’ e de 252% para o descritor ‘implicação’. Em 2008, nenhum trabalho foi encontrado com os descritores ‘sujeito implicado’ e ‘*implicated subject*’. Na segunda busca, foram encontrados 20 e 1.470 estudos, respectivamente. Não obstante essa expressiva expansão da produção envolvendo os descritores ‘sujeito’, ‘implicação’, ‘sujeito implicado’ e ‘*implicated subject*’, dos 1.715 trabalhos localizados em 2008, nenhum abordava, especificamente, a questão do sujeito implicado no contexto da produção de conhecimentos científicos. O mesmo ocorreu ao analisar o resultado da segunda busca em 2013.

Assim, o material utilizado nesta análise teve origem em artigos cujos temas se referiam a diferentes abordagens da condição de sujeito e, também, em trabalhos localizados em livros e capítulos de livros, tendo em vista o interesse voltado ao campo do planejamento e gestão em saúde.

Resultados e discussão

Cabe assinalar, preliminarmente, a preocupação, sobretudo das ciências sociais, ao se ocupar das relações do homem com o mundo que o cerca, em enfatizar a não neutralidade da ciência e da interação pesquisador-objeto no processo de investigação científica. Ao se reportar à contribuição da antropologia para a concertação das disciplinas científicas, Minayo menciona que:

A grande contribuição da antropologia é sua tradição de compreensão da cultura (...). Introduzindo o tema da cultura na interpretação das estruturas da sociedade e, também do tema da saúde e da doença, a antropologia demarca um espaçamento radical, na medida em que o fenômeno cultural não é apenas um lugar subjetivo. Ele possui uma objetividade que tem a espessura da vida, por onde passa o econômico, o político, o religioso, o simbólico e o imaginário. Ele é também o locus onde se articulam conflitos e concessões, tradições e mudanças e

onde tudo ganha sentido, ou sentidos, uma vez que nunca há humano sem significado, assim como nunca existe apenas uma explicação para determinado fenômeno. (MINAYO, 2006, p.203)

Assim, a antropologia aponta para um ser humano histórico, pois, no singular dessa “espessura da vida”, o humano é constituído e constituidor do político, do simbólico e do econômico, ou seja, a relação do homem com seu entorno é objetivada na vida humana em sociedade. Como conceituação desse ator histórico, escreveu Mészáros:

O desenvolvimento da consciência histórica está centrado em torno de três grupos fundamentais de problemas: 1) a determinação da ação histórica; 2) a percepção da mudança não como simples lapso de tempo, mas como um movimento de caráter intrinsecamente cumulativo, implicando alguma espécie de avanço e desenvolvimento; e, 3) a oposição implícita entre a universalidade e a particularidade, visando obter uma síntese de ambas, de modo a explicitar historicamente eventos relevantes em termos de seu significado mais amplo que necessariamente, transcende sua especificidade histórica imediata. Naturalmente, os três são essenciais para uma legítima concepção histórica. É por isso que não basta, de forma alguma, afirmar em termos genéricos que o homem é o ator da história, se a natureza da própria mudança histórica não for devidamente apreendida ou se o complexo relacionamento entre particularidade e universalidade for violado em relação ao sujeito da ação histórica. (MÉSZAROS, 2002, p.59).

O autor destaca a complexidade relacional entre a universalidade e a particularidade presentes de forma dialética e, assim, sintética na ação do homem histórico.

Pode-se depreender que, em uma pesquisa em que o ator-pesquisador é também ator-protagonista, ocorre um duplo encontro de sujeitos históricos revelando

uma dupla face ou um encontro sintético de particular quase singular e universal, sendo a última característica a pretensão das derivações das políticas públicas.

O mesmo autor cita ainda o reclame de Aristóteles ao classificar a historiografia de sua época abaixo da poesia e da comédia, pois de caráter ‘menos filosófico’. A queixa ia além da origem grega da palavra *istor* – testemunha ocular –, já que explicitava o risco de confiança exagerada no ponto de vista de indivíduos particulares que, por participarem do fato em questão, apresentavam um interesse especial em relatá-los de maneira ‘inevitavelmente distorcida’, especialmente pela incapacidade de os antigos historiadores dominarem as complexidades dialéticas de particularidade e universalidade que os faziam permanecer presos ao particularismo anedótico.

Objetava-se que a imersão do relator de um fato ao próprio fato relatado comprometeria o teor da narrativa. Localiza-se exatamente aqui o núcleo do debate sobre o sujeito implicado. Mészáros (2002), porém, aponta como transitória essa incapacidade dos relatores, tal como reclamada por Aristóteles, pois a superação ocorreria no domínio da dialética, em especial, do particular e do universal.

Cabe enfatizar, nesse aspecto, a reflexão de Tarnas, para quem:

A realidade não é um processo fechado e autocontido, mas um processo fluido em permanente desdobramento, um universo aberto, sempre afetado e moldado pelas ações e crenças do indivíduo. (...) Estamos sempre e necessariamente envolvidos na realidade, ao mesmo tempo transformando-a e sendo transformados por ela. O ser humano é um agente materializado, que age e julga num contexto que jamais pode ser totalmente ‘objetificado’, com orientações e motivações que jamais podem ser totalmente aprendidas ou controladas. O sujeito consciente jamais está separado do corpo ou do mundo, que constituem o pano de fundo e a condição de todo ato cognitivo. (TARNAS, 1999, p.59).

O autor destaca que nenhum procedimento deve reivindicar um fundamento absoluto, ou seja, que qualquer fenômeno empírico acha-se eivado de teorias, e conclui que toda compreensão humana é interpretativa e nenhuma interpretação é definitiva.

Ao assumir o desafio de produzir conhecimento científico ocupando-se de objeto do qual é parte, qualquer autor, como sujeito implicado, vincula, de modo inescapável, sua identidade ideológica ao respectivo projeto. Embora a ideologia assuma diferentes significados para os que fazem uso do termo, cabe assinalar que, para Eagleton (1997), ideologia é mais uma trama de fios conceituais ou mesmo um texto do que uma conceituação do tipo paradigmático ou historicamente ‘consagrado’. Assim, reconhecendo a impossibilidade de uma única definição, e, de forma elucidativa, lista algumas definições:

a) o processo de produção de significados, signos e valores na vida social; b) um corpo de ideias características de um determinado grupo ou classe social; c) ideias que ajudam a legitimar um poder político dominante; d) ideias falsas que ajudam a legitimar um poder político dominante; e) comunicação sistematicamente distorcida; f) aquilo que confere certa posição a um sujeito; g) formas de pensamento motivadas por interesses sociais; h) pensamento de identidade; i) ilusão socialmente necessária; j) a conjuntura de discurso e poder; k) o veículo pelo qual atores sociais conscientes entendem o seu mundo; l) conjunto de crenças orientadas para a ação; m) a confusão entre realidade linguística e realidade fenomenal; n) oclusão semiótica; o) o meio pelo qual os indivíduos vivenciam suas relações com uma estrutura social; p) o processo pelo qual a vida social é convertida em uma realidade natural. (EAGLETON, 1997, p.15).

Entre as muitas definições, resulta importante uma aproximação mais amidiada ou aprofundada de um conceito que aprimore o enunciado. Assim, para efeito deste artigo, considera-se a Ideologia a partir dos

estudos de dois pensadores ocidentais, Georg Lukács e Antonio Gramsci, complementares entre si na reflexão sobre o tema.

Lukács (2001) diz que ‘é verdade que a realidade é o critério para a correção do pensamento. Mas a realidade não é, ela se torna e, para tornar-se, é necessária a participação do pensamento’. Vai além ao afirmar a correspondência do pensamento e da existência, pois sua ‘identidade consiste em serem aspectos de um mesmo processo histórico e dialético real’.

Assim, pode-se deduzir que ao conhecermos algo já não o conhecemos mais ou, pelo menos, não o conhecemos mais tal como se apresentou em seu estado original, pois o próprio fato de conhecê-lo já transforma esse algo em outra coisa diferente do original.

Na formulação de Lukács (2001), esse conceito de ideologia se desenvolveu em um dado momento histórico em que sistemas de ideias se confrontavam com outros sistemas de ideias que lhes eram estranhos, explicando, assim, a parcialidade de ambos.

Na obra de Antonio Gramsci, o conceito de ideologia não ocupa lugar central, o que ocorre com a hegemonia. Contudo, o tangenciamento entre os conceitos de ideologia e hegemonia pode ser útil à análise que aqui se empreende.

Para o pensador italiano, hegemonia é o meio pelo qual um poder conquista o consentimento dos dominados para seu domínio. Para Gramsci, essa dominação pode ser consentida ou coercitiva. Assim, a diferença primeira ocorre na possibilidade de uma ideologia imposta, o que amplia o conceito de hegemonia, no caso, englobando o de ideologia.

Para Gramsci (2002), uma forma eficaz de hegemonia política no Estado burguês é sua falsa neutralidade, ou seja, a subjugação pelo trabalho da classe proletária dá-se por necessidades de sobrevivência não relacionadas diretamente a outras motivações, daí se originando a ideia de um Estado capitalista ‘apenas mediador’ das forças sociais em disputa. Sendo mais claro, não se explicita o papel de avalista que o Estado burguês desempenha na exploração da mão de obra que produz riqueza em abundância para ser apropriada por poucos, ou seja, apenas a quimera da necessidade de trabalhar é elucidada.

Assim, a Ideologia relaciona-se às formas como as lutas de poder se dão no nível da significação, não sendo, contudo, o processo central, apesar de importante, o que sustenta a hegemonia e sim um dos seus componentes. É com o pensador italiano, contudo, que Ideologia ganha a forma de prática social vivida, o que alarga o conceito de sistemas de ideias.

Gramsci (2002) aponta, também, a transição da consciência empírica dos subjugados. Ou seja, a metamorfose dos elementos incipientes do pensamento em filosofia coerente como uma nova forma de ver e entender o mundo. Tal tarefa transformadora, segundo o pensador, é tarefa precípua dos intelectuais orgânicos que, diferente de uma ação contemplativa, devem ser ativos participantes da vida social.

Ora, se o autor mostra um Estado não neutro, pois burguês, apesar do disfarce de 'Estado-Juíz', que, costumeiramente, atende aos anseios fundamentais de sua classe social fundante, mesmo concedendo avanços aos subjugados, e ainda formula a necessidade da configuração de agrupamentos com capacidade técnica e política de intervenção na vida social a fim de constituir uma base filosófica coerente a partir da prática vivida dos dominados, cabe indagar: como deve proceder, e desde que modo de inserção, um pesquisador militante, como já definido, ao investigar ações construídas, também por ele, no interior do Estado burguês? Neste caso, concretamente, deve renunciar ao objeto ou seguir em frente? Ao realizar a pesquisa a que se propõe, seria válido o conhecimento construído a partir de tal investigação?

IMPLICAÇÃO E ENVIESAMENTO

Até que ponto a implicação do autor envia resultados de uma investigação científica? Um bom ponto de partida para tentar uma resposta é a afirmação de Paulon (2005), para quem o problema da participação de pessoas implicadas com uma pesquisa só pode ser concebido com a “superação das pretensões de neutralidade e objetividade tão promulgadas pelo paradigma positivista nas ciências”.

Um dos primeiros cuidados deve ser a aproximação com o campo, pois deverá incluir uma permanente análise do impacto que as situações vivenciadas exercem sobre

a história do pesquisador e sobre o sistema de poder instituído, inclusive, e sobretudo, o lugar de saber e a estrutura de poder do pesquisador. Deverá estar em análise constante o pertencimento do pesquisador àquele lugar em especial, mas também ao lugar que ocupa nas relações sociais mais gerais como sendo o ‘seu’ lugar na história.

Paulon destaca ainda que o pesquisador deve compreender que há:

uma concepção de sujeito distinta daquela que o associou a um só modo de existência circunscrito na modernidade, o modo “indivíduo”. Outorgando-se a tarefa de desvelar a verdade do mundo ao iluminá-lo com a própria racionalidade, o sujeito moderno paradoxalmente faz da ciência ferramenta de aprofundamento da cisão homem X mundo. Ao negar as formas fragmentárias, múltiplas e diversas com que a subjetividade se produz socialmente, a equivalência sujeito-indivíduo cria uma fantasia unitária e centralizadora que reduz o conhecimento do mundo aquilo que se revela à consciência de seu pretenso “senhor”. A esta visão de homem naturalizado e essencializado, correspondem as disjunções sujeito/objeto e teorial/prática. (PAULON, 2005, p.21)

Assim, restaria ao pesquisador a possibilidade de escolher entre a objetivação da subjetividade e sua apreensão em toda a extensão processual.

Contudo, há-se que considerar a contribuição de autores como Freud e Lacan, apresentados no artigo de Poli, ao afirmar que:

a pergunta sobre o que move o cientista em sua pesquisa nunca fez parte das preocupações da ciência, nem tampouco, até onde temos notícia, da epistemologia da ciência. No máximo, para os mais curiosos, tratou-se do tema pela via das motivações pessoais, pautadas por histórias de vida, de paixões secretas e de melhores ou piores desempenhos acadêmicos. As famosas “vida e obra” de grandes pensadores chegaram também

ao âmbito da ciência, se bem que de modo bem mais modesto. De qualquer modo, referem-se aí ao cientista enquanto personalidade; buscam, então, seguindo a lógica do senso comum, o que levaria determinada pessoa a se ligar a determinado objeto a ponto de dedicar a vida ao seu encaixo. (POLI, 2006, p.13).

Na ciência, os autores localizam-se, sabidamente, no campo da psicanálise, e, assim, reconhecem como objeto o desejo, não apenas vontades pessoais ou motivações; indo adiante e de forma paradigmática, definem que desejo não é uma força abstrata, universal, ‘matematizável’ e dedutível pela introspecção. Antes disso, é o não ser do objeto da ciência sem lhe ser contraditório.

É escassa a literatura sobre sujeito implicado e o possível enviesamento em ciência, de modo que esse aspecto resta totalmente aberto e constitui uma limitação ou restrição do presente trabalho.

PESQUISA REALIZADA POR SUJEITO IMPLICADO TEM VALOR CIENTÍFICO?

Não obstante todas as dificuldades para produzir conhecimento científico, o sujeito implicado enfrenta o desafio da aceitação do produto do seu trabalho como algo válido, meritório, confiável.

Santos (2006) menciona a obra de Walter Benjamin, em que são apresentados três tipos de narradores: 1) o narrador do tipo clássico, que prescinde de explicação e gera conhecimento na forma de sabedoria, derivando em uma ‘moral da história’; 2) o segundo tipo de narrador, que tenta captar o sentido da vida por meio de sua subjetividade vivenciada e, portanto, narra sua própria experiência; e, 3) o narrador do tipo jornalista, pois descreve e analisa a experiência dos outros como informação situada no tempo e no espaço.

Santos (2006) enquadra a si mesmo como um narrador moderno, pois ‘faz ao longo do livro a narrativa da própria experiência no mundo da política e da academia como base empírica para reflexão e produção de apostas epistêmicas’. Afirma, ainda, que sua narrativa tem início contextualizando a ‘sua implicação com o tema resgatando a sua história como ator social’

Merhy (2004) aborda o tema do sujeito implicado como alvo de investigação de pesquisadores. Os trabalhos consultados indicam a necessidade de o complexo processo de produção de conhecimentos no campo do planejamento e gestão em saúde, de importância estratégica para a construção e desenvolvimento de um sistema público de saúde no Brasil, ser conduzido inclusive pelos construtores do sistema, explorando todas as possibilidades de problematização e abordagem dessa experiência. Assim, trata-se de um encontro que não deve ser, necessariamente, de sujeitos epistêmicos previamente constituídos, mas de sujeitos claramente implicados, ricos em sabedorias, pois frutos de seus encontros singulares e particulares com as ações e serviços de saúde que estão a construir.

O problema da validade do saber assim produzido pode ser considerado também sob a égide da crítica à razão instrumental, segundo a qual o pensamento teria perdido a capacidade crítica, pois, conforme Horkheimer e Adorno (1989), ocorreria uma desqualificação da natureza, agora transformada em material desordenado de uma classificação. Para esses autores, o positivismo agora estaria ocupando o lugar de juiz da razão, argumentando que “(...) *uma digressão pelos mundos inteligíveis não é apenas proibida, mas é vista como uma tagarelice sem sentido*”. Ocorre, assim, uma completa anulação da subjetividade, sempre presente entre sujeito e objeto, em nome da objetividade da ciência, aplicável em detrimento do pensamento construtor e construído no mundo em que se vive.

Tratando desse tema, Campos (2000) afirma existir

a colonização do senso comum resultante da hegemonia do positivismo no mundo científico e a rendição da humanidade ao reinado do mundo prático (...) a técnica alarga seu espaço até ocupar o posto da teoria, e os métodos dos ‘meios’ são transformados em ‘fins’ em si mesmos.

Vai além ao afirmar que

pensar criticamente exige certa capacidade analítica para apreender o sentido social, histórico e humano de nossas práticas. E jogar com

essa capacidade exclui a submissão a receitas prontas.

Ao se ocupar do tema do planejamento de forma específica, mas sobre métodos e seus usos de forma geral, Moysés (1997) afirma que

pior que querer substituir a trama humana genuína da realidade, onde as pessoas se relacionam e disputam seus projetos ou consensuam seus arranjos históricos para dar sustentação à vida é construir um bezerro de ouro instrumental que, diante das libações dos técnicos, seria capaz de domar – dominar – a realidade.

Sobre essa ‘trama humana genuína da realidade’ na qual pessoas se relacionam e disputam projetos dos quais resultam consensos e acordos sobre possibilidades históricas, e dos quais pode emergir saber, Merhy (2004, p.32) aduz que:

A produção deste saber militante é novo e auto-analítico, individual e coletivo, particular e público. Opera sob os vários modos de se ser sujeito produtor do processo em investigação e em última instância interroga os próprios sujeitos em suas ações protagonizadoras e os desafios de construir novos sentidos para os seus modos de agir, individual e coletivo. Interroga e pode repor suas apostas e modos de ação. (...) Nesse tipo de estudo mais importante do ponto de vista metodológico é a produção de dispositivos que possam interrogar o sujeito instituído no seu silêncio, abrindo-o para novos territórios de significação, e com isso, mais do que formatar um terreno de construção do sujeito epistêmico, aposta-se em processos que gerem ruídos no seu agir cotidiano, pondo-o sob análise. Se aposta na construção de dispositivos autoanalíticos que

os indivíduos e os coletivos em ação possam operar e se autoanalisar. (MERHY, 2004, p.32).

É relevante reiterar, por fim, que não se está a desqualificar a metodologia científica nem os mecanismos de controle de verificação elaborados e consolidados ao longo do tempo mas a enfatizar a importância e o valor de saberes produzidos sob condições de implicação sujeito-objeto.

Considerações finais

O problema central abordado neste ensaio é a inquietação intelectual quanto a um determinado sujeito implicado poder, em determinadas circunstâncias, ser capaz de gerar conhecimento útil, relevante, a partir do encontro entre esse sujeito e sua *práxis*. Tal construção intelectual será necessariamente militante, porque atua ou participa, e nem por isso simplista ou panfletária, mas provavelmente síntese do pensar-agir, atuar-investigar, conhecer-transformar.

O tema do sujeito implicado ainda é, conforme se enfatiza neste estudo, alvo de poucos trabalhos de investigação. Esse aspecto é surpreendente e se constitui na contribuição original deste artigo, tendo em vista a profusão de estudos realizados, sobretudo nos serviços, por sujeitos implicados. Estes, contudo, não se dedicaram a refletir e analisar a própria implicação, não se podendo descartar, inclusive, que alguns até mesmo não explicitaram, deliberadamente, essa condição. Esse aspecto indica a necessidade de se ampliar a abordagem da implicação, sobretudo da pesquisa no campo da política e gestão em saúde, na dimensão da intencionalidade ética do ato de investigar, pois, como afirma Kant, “é a intenção que torna o ato ético ou não”. E a dimensão da ética é decisiva na abordagem de qualquer objeto por um sujeito implicado. ■

Referências

- CAMPOS, R.O. Planejamento e razão instrumental: uma análise da produção teórica sobre planejamento estratégico em saúde, nos anos noventa, no Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v.16, n.3, p.723-731, 2000.
- EAGLETON, T. *Ideologia*. São Paulo: Boitempo; Unesp, 1997.
- GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere*. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- HORKHEIMER, M.; ADORNO, T. *Conceito de iluminismo*. São Paulo: Nova Cultural, 1989. (Coleção Os Pensadores).
- LUKÁCS, G. *História e consciência de classe*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- MERHY, E.E. O conhecer militante do sujeito implicado: o desafio de reconhecê-lo como saber válido. In: FRANCO, T.B. et al. *Acolher Chapecó: uma experiência de mudança com base no processo de trabalho*. São Paulo: Hucitec, 2004. p.21-45.
- MÉSZÁROS, I. *Para além do capital*. Campinas: Editorial Boitempo: Edunicamp, 2002.
- MINAYO, M.C.S. Contribuições da antropologia para pensar e fazer saúde. In: CAMPOS, R.O. et al. (Org.). *Tratado de Saúde Coletiva*. São Paulo: Hicitec; Rio de Janeiro: Fiocruz, 2006.
- MOYSÉS, S.J. Algumas considerações sobre o (mito) método do planejamento. In: KRIGER, L. (Org.). *Promoção de saúde bucal*. São Paulo: Artes Médicas-Aboprev, 1997.
- PAULON, S.M. Análise de implicação como ferramenta na pesquisa-intervenção. *Psicologia e Sociedade*, v.17, n.3, set./dez., p.18-25, 2005.
- POLI, M.C. O sujeito na ciência: questões à bioética. *Psicologia & Sociedade*, v.18, n.3, set./dez., p.7-15, 2006.
- SANTOS, R.C. *Saúde todo dia: uma construção coletiva*. São Paulo: Hucitec, 2006.
- TARNAS, R. *A epopeia do pensamento ocidental*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

Recebido para publicação em outubro de 2013

Versão final em dezembro de 2013

Conflito de interesse: não houve

Suporte financeiro: inexistente